

LEASING

FEVEREIRO DE 2025 - Nº 207 - ANO 44

VEJA NESTA EDIÇÃO:

Lei Complementar nº 214/2025:
desafios e oportunidades pág. 3

Reforma tributária:
impacto no PIB pág. 4



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera o Sistema Tributário Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§6º Lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação para:

II **serviços financeiros** operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, podendo prever:

a) alterações nas alíquotas, nas regras de creditamento e na base de cálculo, admitida, em relação aos adquirentes dos bens e serviços de que trata este inciso, a não aplicação do disposto no § 1º, VIII;

b) hipóteses em que o imposto incidirá sobre a receita ou o faturamento, com alíquota uniforme em todo o território nacional, admitida a não aplicação do disposto no § 1º, V a VII, e, em relação aos adquirentes dos bens e serviços de que trata este inciso, também do disposto no § 1º, VIII;

...

Art. 5º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

...

Art. 10. Para fins do disposto no inciso II do § 6º do art. 156-A da Constituição Federal, consideram-se:

I) serviços financeiros:

a) operações de crédito, câmbio, seguro, resseguro, consórcio, **arrendamento mercantil**, securitização, securitização, previdência privada, capitalização, arranjos de pagamento, operações com títulos e valores mobiliários, inclusive negociação e corretagem, e outras que impliquem captação, repasse, intermediação, gestão ou administração de recursos;

A instituição do IVA no Brasil

Simplificação tributária,
transparência e estímulo
à competitividade no
setor de leasing.

Leasing sai fortalecido com o reconhecimento do “instituto” na reforma tributária

Por Osmar Roncolato Pinho*

A recente aprovação da reforma tributária marca um momento histórico para o Brasil com a promulgação da Lei Complementar nº 214/2025 e, em especial, para o setor de leasing. Após intensas e longas discussões, conseguimos alcançar avanços significativos que impactarão diretamente a competitividade, a segurança jurídica e a simplificação tributária das operações de leasing no País.

Desde o início do debate, a Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL) atuou incansavelmente para assegurar que os princípios internacionalmente reconhecidos do arrendamento mercantil – e no Brasil, conforme estabelecido pela Lei nº 6.099/1974 e pelas regulamentações do Banco Central – fossem plenamente compreendidos e contemplados no novo modelo tributário. Esse modelo busca instituir o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), diferenciando claramente o arrendamento mercantil da “locação” e das “operações de financiamento”.

Atuamos para defender soluções que trouxessem mais previsibilidade e estabilidade para as nossas operações, ao mesmo tempo em que preservassem a atratividade do leasing como instrumento essencial de investimento em capital produtivo, contribuindo para a formação bruta de capital na nossa economia.

Um dos grandes marcos do novo arcabouço tributário aprovado é a substituição do ISS e do ICMS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que elimina as complexas disputas de competência entre estados e municípios, que muito prejudicaram o setor de arrendamento mercantil ao longo de mais de duas décadas, proporcionando, doravante, mais clareza e uniformidade na incidência dos novos tributos.

Além disso, o fim da cumulatividade de tributos como PIS e Cofins, com o advento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), proporcionará às operações de leasing maior neutralidade tributária. O resultado é uma simplificação sig-

nificativa do ambiente regulatório, com redução de custos operacionais e maior segurança jurídica para sociedades arrendadoras e arrendatárias.

Conseguimos colocar o leasing verdadeiramente como um “instituto”, tanto no arrendamento mercantil operacional como no arrendamento mercantil financeiro, reconhecido como serviço financeiro, por força da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que vai promover maior participação como instrumento para viabilizar o desenvolvimento econômico, ao garantir condições mais estáveis ao planejamento de longo prazo.

Com regras mais claras e alinhadas às melhores práticas internacionais, o leasing deverá se consolidar como uma solução estratégica para empresas que buscam eficiência na utilização de ativos e otimização de recursos financeiros.

Essas conquistas só foram possíveis graças ao empenho de nossos associados, que participaram ativamente das discussões, oferecendo todo o apoio em todas as etapas do processo.

Agora vem a etapa de implantação das novas regras tributárias e o cumprimento das obrigações decorrentes, que continuarão sendo acompanhados ativamente pela ABEL.

Vamos seguir juntos, transformando desafios em conquistas e reafirmando o leasing como uma solução essencial para o progresso do Brasil, um instrumento de crédito com participação significativa na economia, a exemplo das maiores economias do mundo.

Boa leitura!



*Osmar Roncolato Pinho é presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL)

IVA no leasing: desafios e oportunidades

A nova legislação tributária brasileira traz mudanças significativas para o arrendamento mercantil. A regulamentação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), por meio do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), estabelece novos critérios para a tributação das operações de leasing financeiro e operacional.

O novo regime estabelece o tratamento tributário dos arrendamentos, elimina distorções e reduz a complexidade tributária, além de posicionar o País em conformidade com os padrões internacionais. Dentro dos princípios estabelecidos pela Lei Complementar 214/2025, evidencia-se a neutralidade tributária e a não cumulatividade dos tributos (IBS e CBS).

O QUE MUDA

LEASING OPERACIONAL

As contraprestações pagas no leasing operacional serão tributadas pelo regime de caixa, conforme as seguintes alíquotas:

- bens imóveis: tributação equivalente à locação de imóveis no respectivo regime específico;
- demais bens: tributação equivalente à locação desses bens.

Na alienação do bem arrendado, aplicam-se as alíquotas previstas para a venda do bem (imóveis ou demais bens).

LEASING FINANCEIRO

As contraprestações do leasing financeiro serão tributadas com a alíquota prevista no art. 189 da Lei Complementar da reforma tributária.

O valor residual garantido (VRG), pago no exercício da opção de compra, será tributado da seguinte forma:

- no caso de bens imóveis, pela alíquota aplicável à venda do imóvel;
- no caso dos demais bens, pela alíquota aplicável à venda desses bens, conforme as normas gerais de incidência do IVA.

A dedutibilidade proporcional de despesas financeiras, custos operacionais e provisões para créditos de liquidação duvidosa dependerá da participação das operações que não geram créditos de IBS e de CBS na receita total da entidade arrendadora.

Os contratantes de leasing sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS poderão aproveitar créditos sobre as contraprestações e o VRG, na medida do efetivo pagamento, pelo regime de caixa, pela mesma alíquota devida sobre esses serviços.

REFLEXOS PARA O SETOR

A nova legislação trará benefícios relevantes para o setor de leasing.

- Maior previsibilidade tributária: a unificação das regras facilita a gestão tributária para empresas e arrendadoras.
- Redução do custo fiscal para empresas: a possibilidade de aproveitamento de créditos do IBS e da CBS.
- Incentivo ao uso do leasing: com modelo diferenciado para

investimentos, o leasing pode se tornar uma opção ainda mais atrativa para empresas que precisam renovar sua frota, adquirir máquinas ou investir em infraestrutura.

A transição para o novo regime exigirá ajustes na precificação e nos modelos contratuais para apresentar a transparência na evidenciação dos encargos financeiros e a correta alocação tributária, e determinará a otimização da carga tributária e a conformidade fiscal.

Em suma, a implantação do IVA traz desafios operacionais e tributários para o mercado de leasing, exigindo uma posição estratégica por parte das arrendadoras e dos tomadores. A adaptação ao novo modelo será determinante para a competitividade do setor, especialmente diante das novas exigências de transparência e compliance fiscal.

Reforma tributária: crescimento do PIB

Experiência internacional comprova ganhos expressivos de produtividade.

A introdução do IVA no Brasil, por meio do IBS e da CBS, representa uma transformação estrutural com alto potencial de impulsionar o crescimento do PIB. A simplificação do sistema tributário reduz ineficiências, melhora o ambiente de negócios, estimula investimentos e torna a economia mais eficiente, competitiva e sustentável.

Em contraste com os elevados custos administrativos e as distorções na alocação de recursos, que comprometem o crescimento econômico, a adoção do IVA pode trazer avanços importantes, que serão capturados ao longo do processo de transição entre o sistema atual e o novo sistema tributário.

Estudos indicam que a reforma tributária tem o potencial de

eleva a taxa de crescimento do PIB em longo prazo. A experiência de outros países demonstra que modelos tributários baseados no IVA reduzem disputas fiscais, simplificam o compliance e realinham os incentivos econômicos, resultando em maior eficiência produtiva.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que a reforma tributária pode gerar um crescimento adicional de até 2,39% no PIB brasileiro até 2032, comparado ao cenário atual. Essa análise está detalhada no estudo “Propostas de reforma tributária e seus impactos: uma avaliação comparativa”, que examina os efeitos econômicos, regionais e setoriais da reforma sobre a estrutura produtiva nacional.

IMPACTOS POSITIVOS	EFEITOS ESPERADOS
Custo Brasil	A simplificação dos tributos sobre o consumo diminui a carga administrativa, reduzindo ineficiências e liberando capital para investimentos produtivos.
Previsibilidade tributária	A unificação da base de incidência e a eliminação de distorções setoriais aumentam a segurança jurídica, permitindo um planejamento estratégico mais eficiente.
Investimentos	A desoneração de bens de capital e a recuperação automática de créditos tributários reduzem o custo do capital, incentivando a ampliação da capacidade produtiva.
Competitividade	A eliminação da cumulatividade melhora a precificação dos produtos e serviços, tornando as empresas brasileiras mais competitivas nos mercados interno e externo.
Guerra fiscal entre estados e municípios	A reforma promoverá uma distribuição mais eficiente dos investimentos, reduzindo distorções na alocação de capital e melhorando a infraestrutura produtiva do País.
Arrecadação tributária	O Brasil passa a adotar o “split payment” para a arrecadação dos tributos quando da ocorrência de transação em meio de pagamento.

DESAFIOS E IMPLANTAÇÃO

A transição para o novo modelo tributário exigirá um período de adaptação para empresas e entes federativos. O processo será gradual para minimizar impactos imediatos, mas demandará ajustes operacionais, tecnológicos e contábeis por parte de

todo o setor produtivo. A definição das alíquotas e das regras de compensação entre estados e municípios será essencial para garantir o equilíbrio fiscal e a adequação da carga tributária em todos os segmentos de nossa economia.

EXPEDIENTE

Expediente Informativo Leasing
Edição: SP4 Comunicação Corporativa
Arte e diagramação: Thais Terra

As edições anteriores estão disponíveis para download no site da ABEL

abel@leasingabel.org.br
www.leasingabel.org.br



Presidente: Osmar Roncolato Pinho

Diretores: Luiz Renato Gonçalves de Lima, Luciano Savoldi, Flávio Henrique Botelho Alvim, Ismael Paes Gervásio, Roberto Martinelli, Vanessa Santana Machado Uzeda, Vinicius Vicente Coelho

Diretores técnicos: Cesar Zarate, Leandro Araújo, Osmar da Costa Souza Junior, Pedro Reis

Superintendente executivo: Carlos Alberto Parussolo da Silva

Rua Diogo Moreira, nº 132 - Conj. 806, Pinheiros, São Paulo/SP, Brasil, CEP: 05423-010